



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 11 de setembro de 2022

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar	Euro	Capital de giro	CDB	Inflação
2,17% São Paulo	110.864	R\$ 1.212	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Na sexta-feira	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,46% Nova York	112.300	R\$ 5,148 (-1,13%)	2/setembro 5,185		6,76%	13,70%	Abril/2022 1,06
	5/9 6/9 8/9 9/9		5/setembro 5,154				Maior/2022 0,47
			6/setembro 5,238				Junho/2022 0,67
			8/setembro 5,206				Julho/2022 -0,68
							Agosto/2022 -0,36

PISO DA ENFERMAGEM

Expectativa pela definição da fonte de recursos

Reajuste da tabela de procedimentos do SUS é a solução em vista apontada por autoridades. Ministro Barroso suspendeu a norma aprovada pelo Executivo, e demandou maior detalhamento dos impactos orçamentários da nova norma salarial

» MICHELLE PORTELA

A semana começa com expectativa de que seja mantida a suspensão da lei que criou o piso salarial dos profissionais da enfermagem. Os ministros demandaram pela indicação de uma fonte de recursos para cobrir as despesas com os novos salários, o que mobilizou autoridades ao longo da última semana, quando também se identificou, de maneira quase consensual, que tais recursos deveriam vir do Sistema Único de Saúde (SUS).

O piso nacional da enfermagem foi sancionado no início de agosto pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e suspenso, no último dia 4, por decisão cautelar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso. O magistrado é relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222 movida pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) para questionar a lei sancionada. Barroso votou por manter a suspensão. Os demais 10 ministros do Supremo votaram a matéria em plenário virtual, com prazo final previsto para a próxima sexta-feira.

A decisão do ministro Barroso determinou que, no prazo de 60 dias de suspensão da lei, os entes privados e públicos interessados na matéria prestem esclarecimentos sobre os impactos orçamentários do piso, bem como a necessidade de adoção de medidas que resolvam o problema, uma vez que entidades do setor de saúde alegam que o aumento de despesa pode acarretar redução de quadro de pessoal e eliminação de leitos hospitalares.

Financiamento

Enquanto o julgamento segue no Supremo, autoridades debatem soluções viáveis para financiar o piso salarial. A solução baseada no reajuste de valores da tabela de procedimentos do SUS para tanto ganhou força após a reunião entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o ministro Barroso. "Acho que é o caminho mais



O dilema é como conciliar a lei com a questão fiscal dos municípios. Hospitais privados podem realizar isso de forma mais rápida com a desoneração da folha"

Rodrigo Pacheco,
presidente do Senado

viável, e espero muito a colaboração do Poder Executivo, a compreensão do dilema que estamos enfrentando. Passa a ser uma prioridade nacional e do Congresso fazer valer a lei do piso nacional da enfermagem", explicou o presidente do Senado. "O dilema é como conciliar a lei com a questão fiscal dos municípios. Hospitais privados podem realizar isso de forma mais rápida com a desoneração da folha", destacou.

Após o encontro, Pacheco afirmou ter reuniões com integrantes do governo para debater o assunto, como o ministro da Economia, Paulo Guedes. O tema preocupava integrantes da equipe econômica desde a tramitação da proposta, pois avaliavam que o reajuste cairia na conta do SUS.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, apontou a Barroso três possibilidades: a correção da tabela do SUS; a desoneração da folha de pagamentos dos estabelecimentos de saúde; e a compensação da dívida dos estados com a União. Entretanto, Pacheco vê maior viabilidade em garantir o recurso via SUS.

Barroso defende a análise do tema, mas aponta dificuldades. "As questões constitucionais postas nesta ação são sensíveis. De um lado, encontra-se o legítimo

Victor Correia / CB / DA.Press



Categoria realizou protestos pelo fim da suspensão do piso. STF deve analisar a ação até a próxima sexta-feira



Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio

EDIÇÃO Nº 863 | ANO 47

11 DE SETEMBRO DE 2022 | BRASÍLIA/DF



Informe Publicitário

Fotos: Ibove Brinck

Defasagem é problema histórico

De acordo com a definição do Conselho Nacional de Saúde, a Tabela de Procedimentos do SUS é um detalhamento de todos os serviços ambulatoriais e hospitalares contratados a prestadores privados e filantrópicos com o seu respectivo valor de pagamento pela União. A codificação de procedimentos foi criada em 1975.

Entidades afirmam que a defasagem da tabela é um problema histórico, e é motivo de negociações entre representantes do setor de saúde e o Ministério da Saúde, e do SUS. Estudos da CNSaúde, a mesma que move a ação do piso nacional da enfermagem, apontam que 56,5% dos hospitais privados realizam atendimento pelo SUS, tendo seus procedimentos realizados pagos

com base na tabela.

A exemplo dos hospitais filantrópicos, que estão em mais de 800 municípios, algumas vezes, exclusivamente realizando atendimento em saúde, a arrecadação é baseada na tabela do SUS, que paga por procedimento realizado. Assim, o atendimento termina sendo sustentado por parcerias locais, como financiamentos municipais, embora haja uma dívida de R\$ 20 bilhões, devido à defasagem.

Um exemplo que ilustra o problema é o caso das internações em Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs). Pela tabela, cada internação custa R\$ 80, mas certos estados pagam incentivo aos prestadores para suprir os custos, que variam entre R\$ 2.800 e R\$ 3.000. A Confederação das

Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) estima que a defasagem fica em torno de 60% entre o que o SUS paga e o serviço efetivamente prestado. A instituição diz, ainda, que mais de 1.500 procedimentos hospitalares estão defasados.

O debate sobre a fonte de recursos assombra os representantes. A CMB avalia que Santas Casas e hospitais filantrópicos, que já sofriam com o subfinanciamento, serão fortemente impactadas pelo acréscimo de 60% na folha de pagamento. A entidade teme a redução na assistência à população, bem como o enxugamento dos postos de trabalho. São estimadas 83 mil demissões e o fechamento de mais de 20 mil leitos — o que pode ser fatal para o setor filantrópico. (MP)

INDEPENDÊNCIA

A FESTA DO BICENTENÁRIO, TODOS OS DIAS

Neste 7 de setembro, o Brasil celebrou 200 anos de Independência, com a libertação dos laços coloniais sendo consumada em 1822, por Dom Pedro I, e mais tarde consolidada na Proclamação da República, em 1889. Com a República, nasceu também nossa bandeira, que simboliza a crença no grande destino de uma nação politicamente soberana, independente e democrática.

Por isso, nos empreendimentos PaulOOctavio tremulam bandeiras brasileiras. Cada uma simboliza a crença da empresa no Brasil e nos brasileiros. Shopping centers, hotéis e grandes obras ostentam a bandeira para lembrar ao povo o orgulho do nosso país e que precisamos trabalhar todos os dias para torná-lo um lugar melhor para se viver.

Reafirmamos nossa confiança no Brasil e nosso amor a Brasília, símbolo da capacidade realizadora dos brasileiros. A capital fundada por JK é exemplo de coragem política. Um lugar único no mundo e que merece, de cada um nós, respeito às leis e muita responsabilidade para recolocar nossa capital nos eixos do emprego, do desenvolvimento e da dignidade.

www.paulooctavio.com.br